

“Entretanto, são ávidos de terras, pois sabem por experiência, constituírem elas excelente emprego para suas economias” : a colonização no Rio Grande do Sul e a migração de colonos para Santa Catarina

“However, they are eager for land, as they know from experience, it constitutes an excellent employment for their economies” : the colonization in Rio Grande do Sul and the migration of settlers to Santa Catarina

Kalinka de Oliveira Schmitz¹

Resumo

A colonização se desenvolve no Rio Grande do Sul, durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX, se expandindo até a saturação do espaço outrora disponível. Por mais que não houvesse mais espaço para a expansão colonial, a população desse espaço aumentava; essa população voltou-se para o oeste catarinense, que possuía extensas áreas disponíveis e baratas. Surge, então, um fluxo migratório que liga o Norte do Rio Grande do Sul com o oeste de Santa Catarina, independente de uma mudança definitiva ou especulação agrária. Essas movimentações acabavam sendo acompanhadas pelos funcionários públicos rio-grandenses, que destacavam as diferenças entre as formas de os governos gerirem tal assunto. Dito isso, nosso objetivo no presente artigo é analisar comparativamente a colonização em ambos os Estados brasileiros, partindo da perspectiva dos funcionários rio-grandense sobre o tema, propiciando reflexões sobre as diferenças e similaridades do processo colonizatório nos dois Estados mais ao Sul do Brasil, e as consequências dessas alterações que podem ser observadas até a atualidade.

Palavras-chave: Imigração e colonização; Rio Grande do Sul; Santa Catarina.

¹ Graduada e mestra em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Doutoranda em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), bolsista CAPES. E-mail para contato: kalinka.oschmitz@gmail.com.

Abstract

Colonization developed in Rio Grande do Sul during the 19th century and the first decades of the 20th century, expanding until the saturation of the space previously available. As much as there was no more space for colonial expansion, the population of that space increased; this population turned to the west of Santa Catarina, which had extensive areas available and inexpensive. Then there is a migratory flow that connects the North of Rio Grande do Sul to the west of Santa Catarina, regardless of a definitive change or agrarian speculation. These movements ended up being accompanied by public officials from Rio Grande do Sul, who highlighted the differences between the ways in which governments manage this issue. That said, our objective in the present article is to comparatively analyze colonization in both Brazilian states, starting from the perspective of Rio Grande do Sul officials on the topic, providing reflections on the differences and similarities of the colonization process in the two southernmost states of Brazil, and the consequences of these changes that can be observed until today.

Keywords: Immigration and colonization; Rio Grande do Sul; Santa Catarina.

Introdução

Para realizar a discussão a que nos propomos, optamos por apresentar, rapidamente, o histórico da imigração e colonização no Rio Grande do Sul, a fim de que consigamos compreender todo o processo que precedeu a chegada colonização na região Norte rio-grandense e a sua posterior expansão para além do Rio Uruguai. Dentro de tal perspectiva, nos deteremos, de maneira mais específica, em compreender como se desenvolveu o processo de colonização durante o período da Primeira República, apontando suas diferenças em relação ao desdobramento do mesmo procedimento, durante o período imperial. Após esse panorama, focaremos na maneira como se desenrolou a colonização nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina; as políticas estaduais; os entendimentos sobre a melhor maneira de conduzir a colonização; e a visão que

os funcionários dos órgãos públicos rio-grandenses formavam, ao observar o deslocamento de colonos para terras catarinenses.

O artigo objetiva discutir as diferentes formas de participação dos referidos governos estaduais no processo de colonização de regiões de seus Estados que eram próximas, entendendo que tal ação era interligada e fazia parte do mesmo processo de expansão de uma região colonial que buscava novas terras. Contudo, ainda que o processo colonizatório possa ser entendido dentro de um cenário próximo, as atuações desses governos eram distintas. Resultado das influências formadoras dos Partidos Republicanos – rio-grandense e catarinense –, esse entendimento diferenciado acabou culminando em críticas de uma parte, a rio-grandense, a outra, a catarinense; esse é o mote que inspirou a produção deste trabalho.

Enquanto o Rio Grande do Sul observava a colonização da última região a receber colonos e imigrantes, o governo catarinense observava a colonização de seu terço oeste, com colonos vindos do outro lado do Rio Uruguai, contrastando com a colonização feita majoritariamente com imigrantes no Vale do Itajaí anteriormente. Assim, utilizaremos de uma análise comparativa em busca das diferenças e similaridades desses projetos de colonização que reverberam até os dias atuais, nas regiões em questão, tanto na conformação populacional quanto no cenário agrário, ainda formado, majoritariamente, por pequenas propriedades.

Um estudo comparado desses processos nos permite compreender as ligações e influências que a colonização em diferentes Estados comparte ou

não, propiciando novas reflexões, que podem não ser tão perceptíveis ao estudar a colonização em apenas um Estado federativo (no caso de estudos da Primeira República) fechado em si, dentro de suas peculiaridades. Mesmo que as diferenças nos governos estaduais, quanto à colonização, pautem nosso trabalho, focamos, aqui, em opiniões advindas de funcionários dentro do corpo administrativo governamental, e não de críticas produzidas pelo presidente de cada Estado. Ou seja, nosso enfoque não está no choque entre os principais núcleos de cada governo; antes, entendemos como um exercício de exaltação do trabalho realizado (no Rio Grande do Sul) pelos interlocutores que produziram a documentação analisada, utilizando da situação observada em Santa Catarina para embasar seus trabalhos.

Iniciada em 1824, a imigração e a colonização na, então, Província de Rio Grande de São Pedro ocorreram com única pausa, durante a guerra civil farroupilha (1835-1845). Ao longo de quase um século de entrada de imigrantes e da criação e expansão de núcleos coloniais, ocorreram variações no número de imigrantes que adentraram o território, bem como na forma como o governo lidava com esse projeto e na participação da iniciativa particular nesse nicho, que se mostrava, economicamente, promissor.²

O processo imigratório iniciou com total suporte governamental e inúmeros subsídios, como a gratuidade do lote colonial, um valor em dinheiro

² As primeiras colônias particulares surgiram próximas da colônia de São Leopoldo (1824), conforme a valorização da terra se acentuava. Ainda que na região das colônias velhas haja a presença de núcleos particulares de colonização, é algo que se acentua na região das colônias novas, já no Planalto rio-grandense.

por membro da família e ferramentas, insumos e animais para sua nova vida. No entanto, é importante destacar, sobre os subsídios recebidos, que, até a criação da Lei de Terras de 1850, os colonos não precisavam pagar nenhuma quantia para comprar seus lotes. Somente após a criação desta é que se passou a cobrar dos colonos os lotes a que se dirigiam. Como resultado desse cenário fundiário confuso, os imigrantes encontraram problemas e indefinições quanto às medições de seus lotes, além de demoras na entrega de lotes para os imigrantes que chegaram nas levas seguintes à primeira (TRAMONTINI, 2000; ROCHE, 1969).

Como Marcos Justo Tramontini demonstra em seu livro *A organização social dos imigrantes – a Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)* (2000), com extensa documentação, os problemas envolvendo imigrantes/colonos e a questão da terra ocorriam desde os primórdios da colonização. Ainda que oficialmente houvesse uma enorme quantidade de terras consideradas livres ou devolutas, na prática, grande parte delas já estavam formando propriedades de diferentes tamanhos, visto que, no período da criação da primeira colônia na Província – São Leopoldo –, o apossamento de terras era uso corrente para formar propriedades. Essa maneira, ainda que reconhecida entre seus pares, acabava se transformando em problemas, quando do início da colonização, sobre a garantia de que colonos receberiam terras livres de imbrólios e com o título de proprietário do lote colonial.

Problemas envolvendo terras que seriam utilizadas, pelo governo ou por particulares, no empreendimento da colonização, ocorreram, então, desde seu

princípio. Ao avançar para novas áreas, destinadas ao recebimento de colonos, novos problemas surgiram, para a criação de colônias, e diferentes maneiras de lidar com eles foram criadas. Adiante veremos a grande atenção que o governo *perrepista* rio-grandense dispensa à questão e as formas que cria para tal, bem como sua crítica a outros Estados,³ sobre a forma como tratam o tema da colonização ao agirem de maneira distinta daquela considerada ideal por eles (SCHMITZ, 2019).

Até a sua interrupção, provocada pela Guerra Civil Farroupilha, na década de 1830, imigração e colonização eram assuntos ligados ao governo central. Após a retomada, entre 1848 e 1874, esses temas passaram a ser da alçada do governo provincial (ROCHE, 1969). Durante esse período, foi criada e promulgada a Lei de Terras de 1850, que pretendia organizar e ordenar o cenário agrário e o mercado de terras no Brasil.⁴ Consequentemente, tal legislação impactou os envolvidos nos projetos de colonização e aqueles que viviam nas terras antes da chegada dos colonos nessas regiões.

A agricultura, principal argumento daqueles que defendiam a imigração para colonização rural, era praticada pelos nacionais. Esses nacionais (ou

³ Por *perrepista* nos referimos aos membros Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Governo *perrepista* é então, aquele vinculado ao PRR.

⁴ A Lei de Terras de 1850 foi a primeira legislação agrária promulgada no Brasil. Foi criada após um hiato de tempo decorrente do fim da vigência da lei sesmarial em terras brasileiras. Foi com tal legislação que se começou a distinguir a situação jurídica da posse e da propriedade no país, ou seja, cumpriu um papel de organizadora de situações que ocorriam historicamente (SILVA, 2016).

caboclos) produziam para seu próprio sustento,⁵ ou para o consumo interno das grandes propriedades (ZARTH, 2002). Como consequência dessa produção restrita a si, ou ao círculo mais próximo, a demanda por alimentos em centros urbanos era comprometida pela falta de um excedente significativo, que permitisse tal venda aos centros maiores.

Em 1850, além da criação da principal legislação agrária do país, ocorreu, de acordo com Paulo Afonso Zarth, a total apropriação das zonas de campo do Estado. As áreas de mata ainda não eram visadas, por não se enquadrarem no uso para o principal setor econômico estadual, a pecuária, que requeria grandes extensões de campos para sua prática. O projeto de colonização foi pensado, então, para ocupar as áreas de matas deixadas de lado pelo setor pecuário, além de não avançar sobre áreas de campo. Para Zarth (2002, p. 73), “essa posição de dividir as matas sem mexer nos campos nativos foi a saída encontrada para resolver os problemas levantados e atribuídos aos latifúndios pastoris” . Dessa forma, os envolvidos com a pecuária e/ou com a colonização não seriam prejudicados.

Tal proximidade entre esses temas – terras e imigração e colonização – perdurou, por óbvio, toda a duração do processo colonizatório no Rio Grande

⁵ O caboclo deve ser entendido como um grupo social, que encontrava seu sustento na agricultura de subsistência e na extração de erva-mate. Ainda que seja conformado pelo encontro com os luso-brasileiros, hispano-brasileiros, indígenas e negros, deve-se levar em consideração seus costumes e modo de vida, já que o colono que se adotasse costumes desses grupos, era chamado de *colono acaboclado*. Convivendo na região Norte do Rio Grande do Sul com o indígena desde muito tempo, com o avanço da colonização passou a disputar espaço também com o colono.

do Sul, uma vez que, dificilmente, poderiam ser tratados individualmente, sem impactar o outro. E foram temas constantes nas políticas e projetos do governo estadual rio-grandense, que dispendia grande atenção para tais assuntos.

A colonização durante a Primeira República

Essa proximidade fica clara ao longo da Primeira República, quando da recorrente preocupação do governo perrepista rio-grandense com essas questões, entendidas como fundamentais para o desenvolvimento do Estado. Além do apoio político de setores urbanos, há de se considerar o fato de que uma boa parte de seu apoio era proveniente de regiões coloniais, uma vez que esse apoio político era proveniente de proprietários rurais médios, da região centro-norte do Estado (RODRIGUES, 2008). Mesmo não deixando de lado os pecuaristas latifundiários, o governo focava sua atuação em regiões coloniais, que possuíam papel importante para o projetado desenvolvimento estadual, além do fortalecimento de uma base de apoio político para as reformas pretendidas.

Logo nos primeiros tempos do novo regime político, foram realizadas as primeiras alterações legislativas e reorganizações quanto ao que se referia a terras e colonização. A nível estadual, as inspetorias que existiam foram substituídas pelas Delegacias de Terras e Colonização, Agências de Imigração e Comissões de Terras (KLIEMANN, 1986). Ainda, no programa do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), e na constituição estadual, são, de acordo com Luiza Kliemann, claras as diretrizes capitalistas, além disso, a autora

constata uma preocupação social implícita no programa de imigração e incorporação do proletariado à sociedade rio-grandense.

Embora a Lei de Terras não tenha atingido todos os objetivos projetados com a sua aplicação, principalmente, a regularização fundiária e a regulação do mercado da terra, ordenando as formas de aquisição e transmissão da propriedade da terra, ela foi fundamental para a criação das legislações agrárias criadas no decorrer da Primeira República, servindo de base e parâmetro para tais. Há de se destacar ainda, o cenário caótico em que ela começou a ser aplicada, resultado do período anterior, onde o hiato de legislação agrária fez com que propriedades fossem apossadas sem nenhuma fiscalização do governo; e o pouco tempo que tiveram para utilizá-la, em busca da organização agrária, ainda durante o Segundo Império (SILVA, 2016).

Toda a preocupação e criação de aparatos voltados para o ambiente rural, seriam interesses para o desenvolvimento capitalista estadual e “a quebra de determinadas resistências à modernização” (KLIEMANN, 1986, p. 48). Ademais do desenvolvimento econômico resultado no surgimento de outras regiões produtoras, para além da pecuária, ainda preservariam os interesses capitalistas de estancieiros e fazendeiros do PRR. Os investimentos e cuidados quanto a organização do complexo colonial, bem como a outras pastas, eram o cuidado para que o Estado se desenvolvesse e se modernizasse, gerando outras formas de retornos financeiros.

O progresso estadual estaria ligado ao ingresso junto ao capitalismo, que se fortalecia desde a Lei de Terras, de 1850, responsável por tornar a terra um

bem capitalizável. Todo o cuidado com a organização do Estado era visando superar uma situação atrasada, por uma nova situação, capaz de se consolidar no mundo que estava se transformando. A propriedade da terra era um dos eixos centrais nesse plano; a população colonial possuía um entendimento próximo do governo, mas outros grupos que viviam no Estado possuíam concepções diferentes de propriedade e de uso da terra, o que gerou percalços com os quais o governo teve de trabalhar, concomitante ao trabalho de organização do cenário colonial.

Para o desenvolvimento estadual, o governo realizava investimentos, principalmente, em redes de infraestrutura, desenvolvidas no entorno das colônias públicas, mas que, também, serviam para as colônias particulares que estivessem próximas, garantindo redes de transporte de produtos e pessoas, além de canais de comunicação, vitais para o desenvolvimento dos núcleos coloniais próximos.

Tal preocupação com as necessidades básicas para o desenvolvimento das regiões que abrigassem colônias não surgiu apenas com o governo do PRR, durante o primeiro período republicano brasileiro. A importância de uma rede de vias de transporte e comunicação, para o desenvolvimento das regiões e de possíveis núcleos coloniais, já é observada, em discussões da Câmara Municipal de Passo Fundo, no século XIX. Em 1883, a câmara municipal enviou para o governo provincial, a necessidade de tal suporte para o desenvolvimento da agricultura na região; após a criação de estradas e pontes para facilitar o

deslocamento pela região, poderia se preocupar com a colonização da “região ubérrima do vale do rio Uruguai” (INFORMAÇÃO, 1883, p. 339).

Pensando na maneira como é realizada a solicitação por construção de redes de transportes, no município de Passo Fundo, se destaca a importância da agricultura praticada pelos nacionais. Isso porque, afirmam que a rede beneficiaria tal produção e permitiria, posteriormente, a criação de núcleos coloniais, para contribuírem com esse aspecto. Então, ainda que levasse algum tempo para que os nacionais fossem incorporados aos projetos de colonização, já eram considerados nos cenários projetados pelo poder municipal.

Quanto mais longe dos grandes centros comerciais, mais necessárias eram as redes de infraestrutura para o escoamento da produção agrícola. Observando essa questão, é possível compreender o avanço sistemático de núcleos coloniais, para cada vez mais longe de grandes centros, conforme havia a criação e consolidação rodoviária, que permitia um deslocamento de pessoas e produtos de maneira mais fácil.

A ferrovia seria outro grande facilitador da criação e do desenvolvimento de municípios e colônias por onde passavam os trilhos.⁶ Com a construção da ferrovia que ligaria o Rio Grande do Sul com São Paulo, a questão básica de transportes se tornou mais fácil e rápida, possibilitando o desenvolvimento de núcleos próximos às estações, como é o caso da Colônia Erechim, criada em

⁶ A linha férrea que impacta em nosso estudo é a que interligaria o Rio Grande do Sul, saindo de Santa Maria e Itararé em São Paulo, passando também por Santa Catarina e Paraná. Em tal trajeto, a linha passa pelos municípios de Cruz Alta e Passo Fundo.

1908. Antes, porém, já era usada como argumento para a criação de uma colônia no município de Cruz Alta, em 1880, que com a expansão dos trilhos pelo município, seria viável a criação de colônias – que havia sido negada anteriormente. Mesmo assim, a primeira colônia na região, Ijuí, só foi criada em 1890 (NEUMANN, 2016; ZARTH, 1997).

A ferrovia, ao mesmo tempo em que promovia o desenvolvimento de núcleos habitacionais, que já existiam próximos de onde eram construídas as estações, também contribuiu para a valorização da terra em suas proximidades. O que chamava a atenção, então, daqueles que tinham interesse em lucrar com tal comércio. Desde o início da colonização já havia empreendimentos particulares, daqueles que possuíam grandes áreas, espaços não utilizados, ou seja, que não geravam lucros e que, ao destiná-las à colonização, se reverteriam em ganhos, além de contribuir para uma ainda maior valorização das terras próximas aos lotes. Zarth (2002) destaca que a participação particular na colonização estadual se fortaleceu com a Lei de Terras de 1850, que a mercantilizou, além da criação de incentivos, por parte do governo, para a entrada de particulares no negócio. Neumann (2016) destaca que pertenceriam à iniciativa particular no Estado, até o ano de 1924, cerca de 80% das colônias criadas. Mesmo com esse percentual significativo, eram as colônias públicas que tinham as maiores extensões.

Com o Estado dispondo como bem entendesse das terras devolutas, é compreensível o fato de as colônias públicas serem mais extensas do que as particulares. O governo poderia dispor da extensão que quisesse, para

colonizar, sem a necessidade de pagar por ela, enquanto os particulares tinham esse gasto inicial. A venda de terras devolutas, para particulares, era um movimento que as tornavam rentáveis, já que o governo administrava a situação, equilibrando o uso de terras para colonização própria, ou pagamento de indenizações, e/ou as vendendo para que outros colonizassem e trouxessem população para as diferentes regiões onde a colonização se expandia.

A atuação de particulares na colonização seguiu com a troca de regime político, experimentado pelo Brasil em 1889, quase sempre com colônias próximas aos núcleos coloniais públicos, a fim de que seus colonos aproveitassem a infraestrutura ofertada lá. Situações como essa contribuíam para uma intensa troca entre colônias públicas e particulares. A possibilidade dessas relações é observada no requerimento de Hellmuth Jacob Smidt para comprar dois lotes rústicos (nº 1 e nº 3) da linha Marquez de Paranaguá, 4ª seção, núcleo Comandaí, próximo ao rio homônimo, na Colônia Guarani, em 1910 (OFÍCIO, 1910, p. 418). O peticionário tinha a intenção de construir um moinho e uma serraria, argumentando que a venda dos lotes seria benéfica também ao Estado, pelos serviços que seriam ofertados. O chefe da Comissão de Terras e Colonização de Guarani, Clarimundo d' Almeida Santos, concorda, mas destaca que o peticionário era o encarregado da colônia particular de Serro Azul, onde já possuía um moinho e uma serraria. Pela contribuição que seria ter tais empreendimentos na colônia pública, era-se favorável à venda dos lotes para Smidt.

Este ofício serve para demonstrar as relações que poderiam ser estabelecidas entre um núcleo público e os envolvidos em colonização particular; além disso, reforça que tais atos poderiam ser benéficos para ambos os envolvidos. O governo rio-grandense, tendo que trabalhar com as heranças deixadas pelos governos central e provincial, no que se referia a terras e colonização, acabou criando órgãos específicos para tais questões. Esses órgãos deveriam administrar colônias públicas que já existiam, criar empreendimentos públicos e fiscalizar os particulares, de forma a zelar pelo bom tratamento que os colonos deveriam receber. Essa preocupação com o bem-estar do colono alocado em colônias particulares era reflexo do abandono que a empresa colonizadora praticava, após completar a venda dos lotes coloniais ali.

A organização da colonização no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina

O progresso pretendido pelo governo do Estado passava por um processo de colonização organizado, a fim de que o desenvolvimento ocorresse o quanto antes. O passo primordial para essa colonização, era a medição e demarcação prévia dos lotes que seriam destinados aos colonos. A primeira etapa, que culminaria na medição dos lotes coloniais, era distinguir as terras públicas das particulares, existentes no Estado, procurando evitar, ou resolver, a apropriação ilegal de terras públicas. Para Kalinka de Oliveira Schmitz (2019, p. 45) “a organização fundiária, do que seriam terras públicas ou particulares, seria parte integrante do todo considerado como progresso do Estado” .

Em 1900, é criada em âmbito federal a primeira medida referente a terras e colonização. Se trata do decreto nº 603, de 26 de julho de 1900, que visava reorganizar a Inspetoria Geral das Terras e Colonização (IOTTI, 2001). É a partir desse decreto que se passa a ter maiores diretrizes sobre a fiscalização, medição e discriminação do que eram terras públicas e o que eram terras de particulares. Já em âmbito estadual, foi criado o decreto nº 42, de 10 de janeiro de 1905, determinando que o serviço de colonização passasse a ser competência da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas, deixando, assim, de fazer parte da Secretaria da Fazenda.

Na Secretaria de Obras Públicas, a Diretoria de Terras e Colonização passou todo o período da Primeira República. Antes disso, através do Decreto nº 95, de 5 de março de 1897, foram criadas as Comissões Verificadoras e Discriminadoras (IOTTI, 2001). A criação de tais comissões, foi, conforme Márcia dos Santos Caron e João Carlos Tedesco (2012, p. 222), “um eficiente mecanismo para verificar a posse de terras legitimadas e daquelas por legitimar, bem como para proceder à discriminação das terras públicas” . A criação dessas comissões foi muito importante justamente pela grande quantidade de fraudes e ilegalidades que se praticavam para apossar-se de áreas.

É possível observar a expansão gradativa da zona colonial em busca de novas terras, para continuarem na agricultura, através da criação das Comissões de Terras e Colonização (CTC), que acompanhavam esse movimento. Conforme avançava a colonização, novas comissões eram criadas. Nesse sentido, podemos observar o movimento da colonização se direcionando para o Rio Uruguai e,

posteriormente, para Santa Catarina, a partir da criação da CTC de Passo Fundo, em 1907, e da CTC de Palmeira, em 1917. Acompanhar o movimento migratório interno, em busca de terras férteis e baratas, através das CTCs, permitia ao governo lidar com os caboclos e indígenas antes da chegada de colonos, e, ainda, iniciar os trabalhos de medição e demarcação de lotes, para quando da chegada de interessados, já houvesse lotes disponíveis para venda, acelerando o processo (SCHMITZ, 2019).

Pelo fato de sua área de abrangência se estender até a divisa com Santa Catarina, a CTC de Palmeira conseguia observar a movimentação em direção às terras catarinense. Administrando a medição de lotes e a procura por tais, em sua região, conseguiam calcular uma diminuição gradativa da busca por propriedades coloniais no Rio Grande do Sul, enquanto o fluxo para atravessar o Rio Uruguai aumentava. Esse movimento era reflexo da saturação do mercado em um Estado, enquanto no outro – Santa Catarina – havia abundância de terras e preços baixos, e outros atrativos para os colonos.

Ao longo da Primeira República, além das diferenças na atuação referente à colonização de suas terras, os governos de Rio Grande do Sul e Santa Catarina diferiam, igualmente, na relação junto a sua população nacional. O governo rio-grandense se preocupava e fortalecia trabalhos para incluir, em seus projetos públicos de colonização, os nacionais, que passaram por muito tempo marginalizados com o avanço colonizatório. Por seu turno, a forma como os nacionais que viviam no Oeste catarinense, no Contestado, eram tratados pelo governo de Santa Catarina, acabava por ser alvo de críticas por parte dos

funcionários da CTC de Palmeira, pela grande diferença ante a linha de ação do governo rio-grandense estava aplicando.

Arlene Renk (2014) reforça que a população brasileira (nacional) levava uma vida tradicional, de agricultura de pequena escala e com a criação de alguns animais, em terras de criar. Tal modo de vida começa a sofrer impactos contrários com o avanço da colonização na região, e, “principalmente a partir de 1930, será expropriada da terra, desestruturando o seu modo de vida peculiar” (RENK, 2014, p. 37). Podemos inferir, então, que o processo que estudamos neste artigo, em sua fase inicial – e da perspectiva externa de funcionários rio-grandense – vai se acentuando, e, conforme a colonização toma corpo, se fortalece em terras catarinenses, após o final da Primeira República.

Juntamente com a migração de pessoas, para colonizar o Oeste catarinense, houve, também, a migração de companhias particulares de colonização, uma vez que o mercado de terras rio-grandense se encontrava saturado (MAGRO, 2020). Pode-se considerar, então, que a *enxamagem* não foi exclusividade dos colonos;⁷ a busca por novas oportunidades dentro do campo

⁷ A *enxamagem*, apresentada por Jean Roche (1969), é baseada na percepção dos enxames de abelhas e duas movimentações em busca de novos lugares para fazer suas colmeias. Ou seja, se refere ao movimento de colonos deixarem os lotes originais de sua família e buscarem novas terras para seguirem no mundo rural, criando um fluxo de migrações internas, buscando a reprodução social dessas novas famílias colonas. É resultado das divisões de lotes, onde muitas vezes era inviável a todos os filhos ficarem; assim, se fazia necessário buscar seu próprio pedaço de terra para trabalhar, onde manteriam as tradições agrícolas de suas famílias. É então, um processo principalmente social, para além das motivações econômicas que as acompanham.

da colonização era, também, pretendida por empresas de colonização, que viam com bons olhos a ida para a região de um Estado (Santa Catarina), onde a colonização estava em seus primeiros momentos e prometia boas oportunidades de negócios.

Ainda que, inicialmente, essa *enxamagem* fosse, relativamente, próxima dos lotes de origem, com o passar do tempo, e com o grande aumento da população colonial, se fez necessário ir cada vez mais longe, em busca da oferta de lotes, preferencialmente, não tão caros, e de terras férteis. Jean Roche (1969) demonstra números de propriedades em colônias, exemplificando que, após algumas décadas de crescimento populacional, a propriedade da terra passou por mudanças, tanto pela *enxamagem* quanto pelo surgimento de contratos de arrendamento, diminuindo o tamanho dos lotes, em consequência das divisões por herança. Tal processo de divisão de lotes foi ainda mais rápido no Planalto.

No Oeste catarinense, houve o aumento do número de empreendimentos coloniais, e uma maior variedade de perfil das colônias criadas, a partir de então. Vale destacar que a região em questão, antes do movimento migratório se voltar para lá, passou por conflitos como a Guerra do Contestado, influenciados pela questão da propriedade da terra⁸. Antes de problemas quanto ao

⁸ Ainda que a execução do projeto ferroviário que ligaria o Rio Grande do Sul à São Paulo tenha sido o estopim para a Guerra do Contestado, os problemas pela posse da terra tiveram importante influência em tal conflito. Região de fronteira e no interior do Estado de Santa Catarina, o Contestado foi ocupado por posseiros desde muito tempo, pelo seu modo de vida, voltado principalmente para a subsistência, passaram a ser considerados intrusos pelo Estado. O modo de vida dessa população e a ideia de cultivo da terra como legitimador da posse acabou confrontado pelo ideal de progresso representado pela ferrovia (CARVALHO, 2008). Em outras

pertencimento dessa região, foi uma área onde havia “uma mescla que associava, em certos momentos, o desleixo governamental político/administrativo e as contestações territoriais” (MAGRO, 2020, p. 17). Com o início da colonização e a decorrente organização agrária, os caboclos foram experienciando mudanças em seus costumes e modos de vida; além disso, eles também passaram a ser considerados como minorias no espaço que ocupavam desde algumas décadas (RENK, 2014). Com essa tarja de minoria, acabaram passando, também, como a categoria social a ser excluída, por não atenderem às diversas expectativas do governo e das companhias colonizadoras.

Por consequência de tais problemas quanto à posse do oeste de seu território, o governo catarinense optou por conceder grandes extensões de terras para a iniciativa privada, para que os particulares organizassem a colonização de tais áreas e, assim, ela tivesse a posse definida em seu favor. De forma que esse seu projeto atraísse interessados, na criação de núcleos coloniais, o governo passou a oferecer condições mais atrativas do que aquelas ofertadas pelo governo rio-grandense e a liberdade para a criação de colônias voltadas para etnias e credos específicos, diferente da heterogeneidade defendida pelos perrepistas rio-grandenses (MAGRO, 2020). Gabriela Luiza

palavras, a chegada da ferrovia causou diversas transformações nas relações de trabalho dos caboclos, anteriormente, pautadas no costume da subsistência também na troca de ajuda para diversos trabalhos (SCHMITZ, 2019), ou seja, foi um conflito pautado e resultante de diversos choques entre entendimentos distintos quanto ao uso da terra, a sua propriedade e a busca incessante por um progresso.

Magro (2020, p. 22) destaca que havia maior flexibilidade em questões como a especulação agrária e a necessidade de ocupação efetiva das terras, “prevalecendo a demanda pela legitimação da posse, o que permitiu aos colonos adquirir vários lotes por preços muitos menores do que os praticados no Estado de origem” . Se desenhava, então, um cenário atrativo para aqueles que desejavam constituir propriedades maiores, mas enfrentavam alguns entraves, como o preço e a disponibilidade de terras em solo rio-grandense.

É a partir de questões como essas, que podemos perceber os motivos pelos quais os funcionários da CTC de Palmeira eram tão críticos sobre a migração de parcela da população rio-grandense para terras catarinenses. Ainda que o governo catarinense fosse do Partido Republicano Catarinense (PRC), havia grandes distinções entre este e o seu equivalente no Rio Grande do Sul.

A partir da década de 1920, é que o Oeste catarinense passa a receber famílias migrantes de origem alemã e italiana saídas do Rio Grande do Sul, através da ação das empresas colonizadoras. Antes disso, a colonização em terras catarinenses tinha se concentrado no litoral, na parte sul e no Vale do Itajaí. Com o aumento de preços, pouca disponibilidade de terras em solo rio-grandense, essa *enxamegem*, em busca de melhores condições para sobreviver, acabou sendo base para a colonização da metade norte do Rio Grande do Sul, bem como a sua expansão para Santa Catarina.

A chegada de colonos com novos costumes e valores externos àqueles praticados na região pelos caboclos, fez com que ocorresse mudanças

aceleradas. Em decorrência disso, restava aos caboclos apenas duas opções: adaptar-se aos novos tempos e costumes, ou permanecer irredutível e não se submeter a tais alterações, acabando por ser excluído do processo de colonização da região. Para além dos cercamentos das novas propriedades, demarcadas para as chegadas dos colonos, “a desestruturação de um modo de vida anterior, com a desorganização da base morfológica do grupo de posseiros, alterou os diversos níveis de vida dessa população” (RENK, 2014, p. 40). Desses encontros entre mundos diferentes – colonos e caboclos –, surgiram conflitos, visto que os contatos nem sempre eram amistosos. Com conflitos e embates violentos, há resquícios que podem ser observados até os dias atuais.

Ao analisarmos a saída de colonos rio-grandenses para o Estado vizinho, não podemos deixar de considerar como sendo reflexo de algumas políticas públicas criadas pelo governo positivista que estava no poder. Principalmente, a partir de 1908, com a criação da colônia Erechim, o governo passou a incentivar uma colonização mista, isto é, abarcando tanto colonos/imigrantes quanto caboclos, além de não restringir a uma única confessionalidade em seus núcleos coloniais. Essa formação heterogênea da colonização pública nem sempre agradava aos colonos, que tinham sua preferência por colônias onde pudessem se agrupar com seus pares – étnicos e confessionais.

Pelo fato de as colônias que mais dispunham de lotes serem do governo rio-grandense – a partir da década de 1910 –, colonos que possuíam melhores condições financeiras passaram a buscar colônias étnicas e confessionais, encontradas em grande quantidade no oeste catarinense. Ainda que houvesse

colônias consideradas mistas na região, dentro desses núcleos, as linhas eram organizadas etnicamente, resultando em nichos étnicos, atraentes para parcelas de colonos que não viam com bons olhos a proposta do governo do Rio Grande do Sul, em agregar diferentes grupos étnicos numa mesma linha.

Em consequência a isso, a partir do final da década de 1910, surgem relatórios da CTC de Palmeira, onde relatam a saída de colonos, que, ao invés de procurarem lotes no Rio Grande do Sul para comprar e se fixar, optam por atravessar o Rio Uruguai, procurando as vantagens de uma região que começava a se abrir para a chegada de colonos, interessados nos preços dos lotes praticados. Em estimativa, os funcionários da comissão escrevem que (RELATÓRIO, 1919, s.p):

[...] as vendas em lotes rurais são feitas a colonos deste Estado, e ele calcula o número em nunca menos de 2.000 lotes de 25 hectares anualmente, variando os preços entre 25\$ e 60\$000 o hectare. A maioria dos compradores não se transfere para os lotes que adquire, tornando-se apenas proprietários lá e continuando a residir no Rio Grande. Entretanto, calcula ele que se tenham transferido para lá, nos últimos anos, para mais de 3.000 famílias, de colonos deste Estado, de origem alemã e italiana.

Podemos inferir pelo trecho citado, que havia também grande movimentação especulativa sobre os preços praticados pelos lotes coloniais. Uma vez que, sabedores da dinâmica de preços praticados no Rio Grande do Sul, constantemente aumentada, ao investir em lotes na região catarinense, ainda com incipiente colonização, era garantia que a médio ou longo prazo esses lotes aumentariam consideravelmente seu preço, podendo gerar bons

lucros, sem ter a necessidade de migrarem para a região e terem de enfrentar dificuldades até que conquistassem a qualidade de vida que possuíam no lote que ocupavam. Ildefonso Soares, secretário de Estados dos Negócios das Obras Públicas rio-grandense, participa, igualmente, de tal debate, mas criticando, principalmente, os especuladores, que se aproveitavam do entendimento da dinâmica de tal processo e, especialmente, da inexistência de um limite de lotes que poderiam ser vendidos a cada família. Nas palavras do secretário (PINTO, 1921, p. 526),

[...] segundo informações, a Empresa já vendeu mais de 1.000 lotes de 25 hectares, nos últimos 3 meses, ao preço de 40\$000 o hectare, ou seja, 8 vezes o preço de custo. Salvo os moradores já existentes, da costa do Rio Uruguai, as vendas tem sido feitas a colonos do Rio Grande do Sul, em grupos de muitos lotes a cada um. Em vez disto, o Rio Grande limita-se a conceder de 1 a 3 lotes por família necessitada de terras, e, desde muitos anos, não demarca lotes em número suficiente para atender a procura dos agricultores do próprio Estado. Estes, entretanto, são ávidos de terras, pois sabem, por experiência, constituírem elas excelente emprego para suas economias. E, por isso, vão adquiri-las em Santa Catarina.

Ao mesmo tempo em que criticavam a iniciativa privada na colonização do norte rio-grandense, que marginalizava os caboclos, por estes não possuírem meios de pagar por suas terras, criticavam a maneira como o governo catarinense abordava a questão, de maneira distinta daquela que consideravam ideal. O documento emitido pela Comissão de Terras e Colonização de Palmeira, enviado à Diretoria de Terras e Colonização, segue então citando uma gama de colonizadores conhecidos por seus projetos no Rio Grande do Sul e que, agora, iniciavam atividades em Santa Catarina. Numa

reflexão sobre os modelos de imigração e colonização, afirmavam que “não era pior do que vender lotes coloniais sem o mínimo de organização e fiscalização do Estado era o modelo adotado por São Paulo, ainda mais prejudicial aos imigrantes e colonos envolvidos” (SCHMITZ, 2019, p. 170). Ao discutirem, no texto do documento, os problemas das formas de colonização de outros Estados, os envolvidos com a colonização pública rio-grandense usavam tais problemas citados para a defesa da forma de colonização que praticavam, sempre atentos para garantir um processo que culminaria na ordem e no progresso do Rio Grande do Sul e, ainda, destacavam a importância de o poder público adquirir terras, para garantir alguma ação colonizatória.

Dada a fiscalização exercida sobre as colônias particulares, de maneira a amparar os colonos ali instalados, os funcionários da CTC seguem afirmando que seria natural a saída de colonos do Rio Grande do Sul, visto o preço do m² e a redução de terras disponíveis para colonização. Mas, criticam, incisivamente, o descaso sofrido pelos colonos, após a compra dos novos lotes, posterior a saída das empresas do empreendimento, e pela falta de preocupação com o bem-estar dos imigrantes, crítica que também será observada em jornais catarinenses.

Pela grande quantidade de projetos coloniais disponíveis à escolha daqueles que migravam para Santa Catarina, fez-se necessário grande investimento em propaganda, seja em jornais, panfletos ou através dos agentes de colonização, que trabalhavam em pontos de grande circulação de colonos e

onde poderiam obter o maior número de clientes para a colônia na qual trabalhava.

Enquanto a primeira parte da colonização em solo catarinense se deu com imigrantes de origem europeia, “a expansão da colonização no oeste catarinense resultou de uma mescla das estratégias adotadas nas outras regiões do estado” (MAGRO, 2020, p. 24). A maior diferença era a proveniência dos colonos: na fase em questão, no oeste, é predominante a presença de colonos de origem alemã e italiana, mas já nascidos no Brasil, confirmando Roche, que afirma que a *enxamagem* era um movimento das gerações posteriores àquela que chegara no país, décadas antes.

As companhias de colonização que migravam para o oeste catarinense, além da busca natural dos colonos por maior quantidade de terra por um preço atraente, também levavam consigo, ou travavam contato para deslocarem para lá, colonos que já viviam em colônias por eles criadas em território rio-grandense. Esse fato, juntamente com a grande ação de agentes dessas companhias em pontos estratégicos, contribuía para uma colonização dirigida, de modo que cumprissem as disposições colocadas pelo governo e que elas próprias se colocavam, trabalhando claro, para colonizar a região de maneira ordeira. Devido a esses e outros fatores, e ao grande número de companhias que se aventurassem nessa etapa da *enxamagem*, “podemos deduzir que era um negócio financeiramente atrativo” (MAGRO, 2020, p. 25), já que, além do lucro advindo da venda de terras, as empresas muitas vezes também trabalhavam com a extração de madeira de seus núcleos coloniais.

O objetivo da colonização no Oeste de Santa Catarina, para Carlos Fernando Comassetto (2011), era, então, a valorização da terra e a exploração das matas, através da criação de serrarias, sem possuir uma preocupação estratégica nacional. Pelo interesse financeiro, reorganizou-se a propriedade da terra e o assentamento de pessoas, instalando-as em áreas para torná-las produtivas, ou que não eram habitadas pelo branco.

A colonização no norte rio-grandense e o oeste catarinense impactaram as populações que já viviam nas regiões, desde antes da chegada dos colonos. Ocorre que, por conta dos problemas fronteiriços que permeavam a região, habitada, principalmente, pelos caboclos catarinenses, houve maiores conflitos entre esse grupo e aqueles interessados na implantação do projeto colonial.⁹ Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, o governo começou a organizar a questão dos caboclos juntamente com a organização colonial, numa integração que no papel se colocava muito interessante e positiva para a organização da população total das regiões coloniais, além de resolver problemas de intrusão,¹⁰ que acabaria atrasando ou prejudicando projetos de colonização.

⁹ A Guerra do Contestado, grande conflito envolvendo os caboclos foi resultado da expansão da ferrovia Rio Grande do Sul – São Paulo, comentada anteriormente. Dessa forma, ressaltamos a importância de analisar com parcimônia a importância da construção de trechos ferroviários, uma vez que ao mesmo tempo em que para alguns locais contribuiu para o desenvolvimento, como os núcleos coloniais que se desenvolveram próximos de estações, como Erechim, também foi palco de conflitos envolvendo aqueles prejudicados pela sua passagem, como foi o caso dos caboclos da região do Contestado.

¹⁰ Resultado da carência de legislação agrária por muito tempo, o apossamento de terras foi o meio corrente para formar uma propriedade, ainda que irregular. A partir de 1850, com a Lei de Terras, iniciou-se a possibilidade de regularização de tais apossamentos; contudo, era um processo demasiado caro, principalmente para as condições dos nacionais. Seguiram como

Em outras palavras, a ideia do governo perrepista de integrar caboclos e colonos nos mesmos núcleos, resolveria alguns problemas com a mesma solução.

Essa talvez possa ser a maior diferença entre as ações de ambos os governos e, conseqüentemente, um dos principais motivos para as críticas dispensadas pelos funcionários da CTC, quanto à movimentação de colonos rio-grandenses para além do Rio Uruguai. Outro fator relevante foi a grande liberdade dada para as empresas de colonização em Santa Catarina, num cenário onde a Diretoria de Terras e Colonização (DTC) e as CTCs foram criadas, concomitante, para o trabalho de organização agrária e administração de colônias públicas, realizando uma fiscalização junto aos núcleos particulares, a fim de garantir alguma assistência à população de tais espaços, visto que em sua maior parte, as companhias de colonização se retiravam do local após a completa venda dos lotes, demonstrando interesse apenas na venda dos lotes (o que é observado também em Santa Catarina).

Tal crítica de abandonar os colonos à própria sorte após terem finalizado a venda dos lotes coloniais, realizada veementemente pelo governo rio-grandense, é também realizada pelo jornal *A Notícia*, de Joinville. Sobre as

posseiros, seguindo a ideia de posse mansa e pacífica, ainda que ilegal uma vez que a lei instituía a compra e a herança como únicas maneiras de constituir propriedade. Contudo, com a Proclamação da República, tal situação foi criminalizada, e passou-se a tratar a intrusão como um problema crônico que atrapalhava a organização agrária posta em prática pelo governo rio-grandense, visto atrapalharem os projetos de colonização.

opiniões de tal periódico relacionado ao interesse sobretudo no lucro da venda das terras, Magro (2020, p. 57) escreve que o jornal apontava que:

[...] a colonizadora estava explorando o sertão, e seus interesses estavam acima de tudo, e os dos colonos e da população já estabelecida ficavam em segundo plano, provocando discórdia entre os estabelecidos e os recém-chegados, conduzindo a colonização e os colonos, endividados – com corda.

Havia então, o entendimento da prejudicialidade das ações das companhias que, ao mesmo tempo em que cortavam o suporte aos colonos ao término da venda dos lotes, também prejudicavam as populações autóctones, que eram marginalizadas para que essas novas zonas coloniais pudessem ser organizadas, principalmente com elementos vindos do Rio Grande do Sul. Outro jornal, analisado por Magro (2020), no tocante a posições sobre a colonização no oeste catarinense, é o *República*, de Florianópolis, órgão do Partido Republicano Catarinense. Este não possuía postura abertamente favorável ou contrária à colonização, apenas enaltecia as empresas que contribuíam com alguns deveres à sociedade, com a construção de estradas que ligavam a região com outras áreas. Tal fato serve para considerar as diferenças existentes entre os partidos republicanos de cada Estado, e as influências exercidas em cada um, visto suas diferentes posturas quanto a questão de terras, imigração e colonização.

Enquanto o PRR agia para ter maior controle possível sobre o setor do governo responsável pela questão de terras e colonização, dispensando maior atenção à população dos caboclos, o PRC dava maiores liberdades à iniciativa

privada na colonização do solo, não procurando assistir aos caboclos atingidos pela reorganização agrária através da medição de lotes coloniais. Isto posto, “as empresas e os colonos contribuíram para ocupação efetiva da região, atendendo à demanda do governo do Estado de Santa Catarina, mas por outro lado, foram fatores relevantes na expulsão da população remanescente do Contestado e dos caboclos que ali já residiam” (MAGRO, 2020, p. 61).

Os caboclos no Rio Grande do Sul, por muito tempo marginalizados conforme ocorria o avanço da colonização, passaram a serem incorporados a colonização, como forma de resolver tal problema, pois a marginalização apenas adiava a necessidade de regularizar as posses dessas famílias, que eram obrigadas a migrar, ao ver os colonos chegando em suas terras. Esse processo, a marginalização do elemento nacional, é observado no processo de colonização do oeste catarinense, reforçando que o interesse do governo de Santa Catarina era privilegiar a ocupação de seu território através da colonização, independente das consequências para a população cabocla.

Considerações finais

A imigração e a colonização foram abordadas e praticadas de diferentes maneiras nos vários Estados do Brasil, desde a forma de atração do elemento imigrante, até as finalidades para as quais se pensava ocupar tal mão de obra. Essas diferenças estavam ligadas sobretudo aos elementos econômicos; enquanto em São Paulo a imigração serviu principalmente para mão de obra em fazendas de café, como forma de substituição da mão de obra escrava, no

Rio Grande do Sul, ela foi pensada para o aumento da pequena propriedade produtora de alimentos para o abastecimento interno. Santa Catarina, por sua vez, também possuía interesses distintos, utilizando a colonização para o povoamento da região oeste apenas após conflitos fronteiriços e a Guerra do Contestado.

Contudo, o governo catarinense, diferente do governo rio-grandense, não procurou grandes interferências sobre o processo colonizatório, dando então, grandes liberdades para as companhias colonizadoras interessadas na criação de projetos coloniais em tal região. Ainda que ambos os estados sulistas fossem governados pelos respectivos Partidos Republicanos, adotaram medidas distintas. Isso é resultado das influências existentes dentro de cada um dos governos, já que o posicionamento do governo rio-grandense, quanto a esses temas, foi intensamente influenciado pelo positivismo de Augusto Comte,¹¹ principalmente, as ações voltadas para a inclusão do elemento caboclo nos projetos de colonização públicos que estavam ocorrendo e a fiscalização dos empreendimentos particulares, a fim de não deixar os colonos envolvidos desamparados.

A migração de companhias de colonização do Rio Grande do Sul para Santa Catarina, demonstra a busca por espaços onde poderiam obter grandes

¹¹ As ações do governo estadual rio-grandense eram pautadas pelo principal mote positivista, que era a ideia de *ordem e progresso*. Por meio da organização do Estado é que este poderia se desenvolver e progredir. É então, influência desse ideal a preocupação constante com a organização fundiária e da colonização, uma vez que isso precisaria estar alinhado para o Estado como um todo se modernizasse e rumasse ao desenvolvimento.

lucros com o mercado da terra e, mesmo, com a extração de madeira. Atentos para a escassez de terras em solo rio-grandense, veem no Estado vizinho a oportunidade de seguirem nesse ramo lucrativo, ainda mais com as facilidades concedidas pelo governo estadual. Os colonos também são atraídos pelos preços das terras e pela possibilidade de conseguirem comprar mais lotes do que o governo perrepista permitia, no Estado mais ao sul do Brasil.

As diferenças existentes, entre a colonização em território catarinense e rio-grandense, foram motivo de reflexões e críticas por parte dos funcionários do governo do Rio Grande do Sul, envolvidos em tais trabalhos, quanto ao posicionamento do governo de Santa Catarina e o andamento dos projetos tocados, em sua maioria, por empreendimentos particulares. Tais posicionamentos críticos são reflexos de um discurso rígido, que buscava, por meio da imigração e da colonização, o progresso do Estado rio-grandense e, por isso, qualquer projeto distinto do praticado em terras sulinas lhes era estranho e negativo, se comparado com o que estavam praticando. E, ainda que concordassem que seria natural a expansão colonial para outros Estados da federação, idealizavam que a atenção dispendida a tal processo deveria ser próximo daquilo que praticavam, ou, então, seria uma desordem.

Referências

Fontes

INFORMAÇÃO. *Informação da Câmara Municipal de Passo Fundo ministra a cerca da agricultura e da indústria pastoril, de serica e apícula do Município.*

Fundo de Autoridades Municipais, Passo Fundo. 1883. Caixa 45. Maço 101 (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre).

RELATÓRIO. Relatório de colonização 1919. *Relatório sobre a inspeção dos trabalhos das Comissões de Terras e Colonização de Palmeira, Santa Rosa e Guarani*. 10 de março de 1919 (Centro De Documentação E Pesquisas Históricas Do Alto Uruguai, Frederico Westphalen).

SANTOS, Clarimundo d' Almeida. *Ofício sobre requerimento de Hellmuth Jacob Smidt*. Fundo Obras Públicas. 1910. Caixa 53. Maço 113. Nº 23. Fl. 418. De Clarimundo d' Almeida Santos – chefe da comissão de Guarani. Para: Carlos Torres Gonçalves – diretor da Diretoria de Terras e Colonização (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre).

PINTO, Ildefonso Soares. *Relatório apresentado ao dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado, pelo engenheiro Ildefonso Soares Pinto, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas*. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d' A Federação. 1921. p 526. (Memorial Do Legislativo – Assembleia Legislativa Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre).

Bibliografia

CARON, Márcia dos Santos; TEDESCO, João Carlos. O Estado positivista no norte do RS: a questão da propriedade da terra e a fundação da colônia Erechim (1890/1910). *Revista História Unisinos*, São Leopoldo, v. 16, n. 2, p. 220-231, maio/agosto de 2012. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2012.162.05/1009>>. Acesso em 13 out. 2020.

COMASSETTO, Carlos Fernando. Colônia Rio Uruguay, colonos-camponeses e a posse da terra (1920-50). In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH Brasil, 2011, São Paulo. *Anais*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011, p. 1-16. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300637293_ARQUIVO_CarlosF.ComassettoTEXTOanpuh1\)2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300637293_ARQUIVO_CarlosF.ComassettoTEXTOanpuh1)2011.pdf)>. Acesso em 12 out. 2020.

IOTTI, Luiza Horn (org.). *Imigração e Colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS; Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

KLIEMANN, Luiza. Schmitz. *RS: Terra e Poder – história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

MAGRO, Gabriela Luiza. *Colonização particular no oeste catarinense – A Sociedade Territorial Mosele, Eberle e Ahrons (1910-1934)*. Monografia de

conclusão de curso (Graduação em História). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2020.

NEUMANN, Rosane Marcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos. 2016.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

RODRIGUES, Cíntia Régia. A diretoria de terras e colonização, o PRR e as populações autóctones no RS. *Revista Trajetos*, Fortaleza, v. 6, n. 11, p. 91-105, 2008. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/29722>>. Acesso em: 13 out. 2020.

SCHMITZ, Kalinka de Oliveira. *Caboclos, indígenas e colonos: a mediação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo e Palmeira no processo de formação da pequena propriedade no norte rio-grandense (1889-1928)*. Dissertação (Mestrado em História). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo. 2019.

SILVA, Marcio Both da. *Caboclos e Colonos – Encontros, ocupação e conflitos nas matas do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. 1.ed. Curitiba: Prismas, 2016.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes: A colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000.

ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora Unijuí. 2002.